KAREN FRANCIS SCHUBERT CANALI

**ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NA AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE
LEASING DESCARACTERIZADO**

Monografia apresentada à disciplina Metodologia da Pesquisa e do Ensino Jurídico como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização “Lato Sensu” em Direito Processual Civil, Instituto de Ciências Jurídicas e Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

2001

DEDICATÓRIA

Para Elleston, pela companhia indispensável ao longo do caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Doutora Leilah Santiago Bufrem pelos preciosos ensinamentos.

Meus agradecimentos especiais ao Professor Doutor Joel Dias Figueira Júnior pelo incentivo, oportunidade e exemplo.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 O CONTRATO DE LEASING (ARRENDAMENTO MERCANTIL)	2
2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	2
2.2 NATUREZA E CONCEITO.....	2
2.3 O INADIMPLENTO DO CONTRATO DE LEASING E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PROCESSUAIS	3
3 A DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING.....	4
3.1 CASOS DE DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING	4
3.2 CONSEQÜÊNCIAS PROCESSUAIS DA DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING.....	6
4 A AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE LEASING E A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	7
4.1 A AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL	7
4.2 OS REQUISITOS DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	8
4.3 A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NAS AÇÕES DE RESCISÃO DE CONTRATO DE LEASING.....	9
5 CONCLUSÃO	13
REFERÊNCIAS.....	14

RESUMO

Analisa as possibilidades de descaracterização do contrato de leasing quando o valor residual garantido é cobrado antecipadamente pelo arrendador. Relata as conseqüências processuais da descaracterização do contrato de leasing, como a impossibilidade de ajuizamento de ação de reintegração de posse com pedido liminar de recuperação do bem arrendado. Considera a possibilidade de deferimento do pedido de antecipação de tutela *in limine litis*, com fundamento no art. 273 do Código de Processo Civil, para recuperação liminar do bem nas ações de rescisão contratual em caso de descaracterização do contrato de leasing. Conclui que a antecipação de tutela é condizente com a natureza jurídica da ação de rescisão, mas para o seu deferimento *in limine litis* o autor deverá necessariamente comprovar, já na petição inicial, a verossimilhança do direito alegado e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, levando em consideração o caso concreto.

ABSTRACT

Analyzes the possibilities of descharacterization of the leasing contract when the guaranteed vestigial value is charged anticipatedly by the landlord. It tells the procedural consequences of the descharacterization of the leasing contract, as the impossibility of the filling of a suit of action of repossession with preliminary order of backup of the leasehold object. Limine considers the possibility of granting of the order of guardianship anticipation in litis, with bedding in art. 273 of the Brazilian Code of Civil Process, for preliminary backup of the object in the actions for breach of contract in case of descharacterization of the leasing contract. Concludes that the anticipation is harmonic with the legal nature of the action for rescission, but for its granting *in limine litis* the author will have necessarily to prove, already in the initial petition, the probability of the alleged right and the danger of irreparable damage or difficult repairing, leading in consideration the case concrete.

1 INTRODUÇÃO

A doutrina e a jurisprudência pátria recentemente têm entendido que há descaracterização do contrato de leasing quando o valor residual garantido é cobrado antecipadamente, juntamente com as próprias parcelas mensais do arrendamento. No caso vertente as cláusulas referentes ao arrendamento são desconsideradas, configurando-se deste modo um contrato de compra e venda a prazo. Nesta hipótese, mostra-se incabível a utilização da ação de reintegração de posse para a recuperação do bem em caso de inadimplemento do contrato por parte do comprador.

Diante desta nova situação os Bancos vêm ajuizando ação de rescisão de contrato c/c perdas e danos e recuperação do bem, com pedido de antecipação de tutela, pretendendo a recuperação do bem liminarmente, tal como na ação de reintegração de posse, mas desta feita com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil.

A matéria ainda não restou decidida por nossos tribunais, havendo muitas dúvidas quanto à possibilidade de deferimento de tutela antecipada no presente caso.

Deste modo, há necessidade de análise da lei processual vigente, bem como das demais leis aplicáveis à espécie, tal como o Código de Defesa do Consumidor, para verificarmos se estão presentes os requisitos ensejadores do deferimento da tutela antecipada com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil.

2 O CONTRATO DE LEASING (ARRENDAMENTO MERCANTIL)

2.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Existem três espécies de leasing no nosso sistema jurídico, quais sejam o leasing operacional, o *lease back* e o leasing financeiro. Neste estudo trabalharemos apenas com o conceito do leasing financeiro, que doravante passamos a denominar simplesmente de leasing ou arrendamento mercantil.

2.2 NATUREZA E CONCEITO

Ainda nos dias de hoje vigoram controvérsias a respeito da natureza jurídica do contrato de leasing. Na sua maioria, entretanto, os doutrinadores tendem a concordar que se trata de contrato de natureza jurídica mista ou complexa. Isto porque inicia com um financiamento, representado por parcelas de aluguel de um determinado bem, com opção de compra do referido bem ao final. Assim, o arrendamento mercantil se constitui em uma cessão de uso de determinado bem, por prazo determinado, mediante contrato pactuado entre as partes, com opção de compra do bem arrendado ao final mediante pagamento de valor estipulado no início das negociações.

Dispõe a Lei nº 6.099/74 em seu art. 1º, parágrafo único, com a redação dada pela Lei nº 7.132/83 que:

Considera-se arrendamento mercantil, para os efeitos desta lei, o negócio jurídico realizado por pessoas jurídicas, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora segundo especificações da arrendatária e para uso desta.

Nos dizeres de Lúcio Delfino: “O leasing financeiro constitui-se em um negócio jurídico bilateral, pelo qual o arrendatário usa e goza de um bem adquirido pela arrendadora, segundo especificações do arrendatário, por determinado tempo e mediante o pagamento mensal de valores (contraprestações).”¹

Deste modo, trata-se de um contrato misto de aluguel e compra e venda, através do qual o arrendatário usufrui bem adquirido pela arrendadora, mediante pagamento de parcelas mensais. Mas, a principal característica do contrato é variedade de opções à disposição do arrendatário ao final do contrato, quais sejam: a) a devolução do bem ao arrendador; b) a renovação do contrato por valor inferior ao primeiro período e c) a aquisição do bem, mediante o pagamento de uma quantia previamente acordada (VRG).

2.3 O INADIMPLENTO DO CONTRATO DE LEASING E SUAS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS

No caso de inadimplemento do contrato de leasing, a arrendadora se vale da ação de reintegração de posse, para se ver reintegrada na posse do bem arrendado. Isto porque com o arrendamento a arrendadora continua sendo proprietária e possuidora indireta do bem. E as cláusulas contratuais prevêm que, no caso de falta de pagamento, ocorre a rescisão imediata do contrato, obrigando-se o arrendatário a devolver o bem arrendado, sob pena de esbulho. Não sendo devolvido o bem, à arrendadora é lícito valer-se da ação de reintegração de posse, com pedido liminar para reaver o bem *in limine litis*.

¹ DELFINO, Lúcio. Disponível em: <<http://www.faroljuridico.com.Br/art-leasing.htm>> Acesso em: 22 maio 2001

3 A DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING

3.1 CASOS DE DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING

Conforme já especificado, o contrato de leasing possui natureza jurídica mista, não se tratando de um aluguel propriamente dito nem de uma compra e venda, sendo que sua principal característica é variedade de opções que o arrendatário terá ao final do contrato.

Ocorre comumente, porém, que os contratos intitulados de “arrendamento mercantil” não possuem efetivamente as suas características essenciais. Em grande parte dos contratos de leasing firmados no país o arrendatário efetua a opção de compra do bem por ocasião da realização do contrato, pagando o valor residual garantido (VRG) antecipadamente, diluído nas prestações mensais.

Referido procedimento encontra respaldo na Resolução nº 2.309 de 28/08/96, do BACEN, que em seu art. 7º, VII, “a”, prevê a possibilidade de cobrança antecipada do valor residual garantido em contratos de arrendamento mercantil.

Todavia, a doutrina e a jurisprudência pátria vêm caminhando para a pacificação do entendimento no sentido de que os contratos de leasing que contenham a cobrança antecipada do VRG ficam descaracterizados. Nestes casos, não há contrato de leasing propriamente dito, e sim um contrato de compra e venda a prazo.

Ainda que a Resolução do Banco Central preveja a possibilidade de cobrança antecipada do VRG, esta não pode ser aplicada, em virtude de ser contrária à lei federal hierarquicamente superior, e que dita as normas e determina as características do contrato de arrendamento mercantil. Assim, para que seja caracterizado o contrato de leasing, há necessidade de que ao arrendatário seja

assegurado o direito de escolha ao final do contrato.

Sobre o pagamento do valor residual garantido, explica Guilherme Augusto Gonçalves Machado que:

“O pagamento deste valor, ao final das prestações, é faculdade do contraente em adquirir ou não aquele bem”.

A princípio, o contrato de leasing resgata ao seu consumidor, pessoa jurídica ou física, ao final do contrato, três opções: prorrogar o leasing, dividindo-se o valor residual em outras novas mensalidades, devolver o bem depreciado à empresa arrendadora ou pagar o valor residual garantido e adquirir em definitivo o bem.

Se a opção, portanto, é feita antecipadamente e não ao término do contrato, não se tem o Leasing.”²

Na opinião de Maria Elizabeth Carvalho Pádua Filippetto³ a maioria dos contratos firmados atualmente não atendem à natureza jurídica do arrendamento mercantil, visto que o valor residual – que deveria ser pago somente se exercida a opção de compra ao final – vem sendo incluído nas prestações mensais. A esta prática os bancos convencionaram chamar de antecipação do valor residual garantido.

Em razão desta prática, entende Maria Elizabeth Carvalho Pádua Filippetto que:

... de duas uma: ou as instituições financeiras estão impondo de antemão ao arrendatário a compra do bem, descaracterizando o *leasing*, ou estão propondo a assinatura de uma espécie contratual que não condiz com a verdadeira vontade do contratante, o que configura a simulação. Isso porque, se se pretende adquirir um bem e por ele pagar-se parcelado, não há que se firmar contrato de arrendamento.

Ora, então pergunta-se: por que se firmar contrato de *leasing* ao invés de outra espécie contratual que melhor represente a intenção das partes? A resposta é simples. Através do contrato de *leasing* desnaturado, a pretexto de taxas menores e prazo maior de pagamento, as instituições financeiras atraem os

² MACHADO, Guilherme Augusto Gonçalves. Disponível em:
<<http://www.subjudiceonline.com.Br/sub11/artigo2.htm>> Acessado em 22 maio 2001.

³ FILIPPETTO, Maria Elizabeth Carvalho Pádua. **A descaracterização do contrato de leasing e suas consequências jurídicas**. Disponível em:
<http://edyrolim.adv.br/artigosjuridicos/maria_filippetto/maria_filippetto001.htm> Acessado em 22 maio 2001

consumidores para a assinatura de um contrato que oferece a elas maior poder coativo de cobrança do crédito ali representado e também maior ganho.

Isso porque, uma vez inadimplido o contrato, o Banco poderá ingressar com ação de reintegração de posse do bem, privando o arrendatário da sua utilização 'sem que esteja obrigado' à devolução das quantias já pagas – eis que aí, lembre-se, as contraprestações são consideradas apenas como alugueres – e antecipar o vencimento das parcelas pendentes, as quais, poderão até ser executadas judicialmente. Em outras palavras, a instituição financeira terá para si as parcelas já pagas, o bem arrendado e ainda um crédito no valor das parcelas vincendas.”

3.2 CONSEQÜÊNCIAS PROCESSUAIS DA DESCARACTERIZAÇÃO DO CONTRATO DE LEASING

Seguindo o raciocínio exposto na seção anterior, tem-se que, quando a opção de compra do bem arrendado é efetuada já na realização do contrato, não há arrendamento mercantil. Conseqüentemente, a pseudo-arrendadora não poderá valer-se da ação de reintegração de posse para recuperar o bem em caso em inadimplemento do contrato. Ou seja, ainda que o comprador deixe de pagar as parcelas mensais acordadas entre os contratantes, o banco não poderá ajuizar ação de reintegração de posse visando adquirir a posse do bem liminarmente e sem necessidade de devolução das parcelas pagas pelo comprador.

4 A AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE LEASING E A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

4.1 A AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Com a pacificação jurisprudencial em torno da natureza do contrato de arrendamento mercantil, considerando a sua descaracterização em caso de cobrança do valor residual garantido de forma antecipada, os julgadores pátrios deixaram de admitir as ações de reintegração de posse em caso de inadimplemento do contrato por parte do comprador.

Diante disto, as instituições financeiras passaram a ajuizar ações de rescisão de contrato com perdas e danos e recuperação do bem, com pedido de antecipação de tutela. Através desta ação os bancos pretendem uma tutela inicial com o mesmo efeito da perseguida na ação de reintegração de posse – a recuperação liminar do bem - porém desta feita com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil.

O pedido de rescisão do contrato firmado pelas partes, com a conseqüente recuperação do bem é plenamente viável, visto que é dado ao contratante requerer judicialmente a rescisão de contrato não cumprido, com o restabelecimento do estado anterior (pedido recuperatório). Cabe agora questionar a possibilidade de deferimento de antecipação de tutela para recuperação do bem liminarmente, com base no artigo 273, do Código de Processo Civil.

4.2 OS REQUISITOS DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Dispõe o art. 273 do Código de Processo Civil que:

O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Assim, para o deferimento da antecipação de tutela há necessidade de conjugação do requisito genérico (prova inequívoca da verossimilhança) com um dos requisitos específicos (fundado receio de dano ou abuso do direito de defesa).

Neste trabalho não nos interessa analisar com profundidade o segundo requisito específico (abuso de direito de defesa), uma vez que estamos tratando do deferimento de antecipação de tutela *in limine litis*, cabendo apenas a análise mais acurada do requisito genérico e do requisito específico do fundado receio de dano.

Relativamente à prova inequívoca da verossimilhança, entende-se que as alegações do autor, e as provas que as acompanham, deverão carregar um grau de probabilidade intensa, de forma a incutir no julgador um juízo de quase verdade.

Já quanto ao receio de dano irreparável ou de difícil reparação há necessidade de prova da circunstância alegada, e não mera probabilidade sem qualquer respaldo probatório e fático.

A respeito do requisito específico leciona CÉLIO DA SILVA ARAGON⁴ que não é possível o deferimento da medida apenas por proporcionar real vantagem ao autor, visto que a tutela está respaldada na necessidade, e não na utilidade. Deste modo, para o deferimento da tutela antecipada há necessidade de comprovação do perigo de dano, não sendo suficiente o mero temor desacompanhado de elementos que o corroborem.

Conjugados ambos os requisitos, prova inequívoca de verossimilhança de

⁴ ARAGON, Célio da Silva. **Reflexões acerca da tutela antecipada**. Disponível em: <<http://www.apriori.com.br/artigos/processual/443.thm>> Acessado em 20 maio 2001.

modo a formar um juízo de quase certeza e intensa probabilidade, e a prova cristalina do perigo de dano, deve ser deferida a tutela antecipatória nos moldes do preceituado no art. 273, do Código de Processo Civil.

4.3 A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NAS AÇÕES DE RESCISÃO DE CONTRATO DE LEASING

No caso em tela, precisamos analisar passo a passo a coexistência dos requisitos para o deferimento de tutela antecipada em caso de inadimplemento de contrato de leasing descaracterizado.

Inicialmente cumpre estabelecer se há prova inequívoca da verossimilhança do direito alegado (inadimplemento do devedor que fundamente a rescisão contratual). A princípio, em caso de inadimplemento de contrato por uma das partes contratantes, é lícito ao contratante prejudicado requerer a rescisão do contrato e a conseqüente recuperação do bem (pedidos cumulativos). Poderá o credor neste caso comprovar inequivocamente na petição inicial que o réu está em débito e descumpriu o contrato, juntando notificação judicial ou extrajudicial e certidão negativa de existência de ações de consignação em pagamento ou de revisão de cláusula contratual.

Apenas desta forma estará comprovada a verossimilhança do direito alegado.

Entretanto, encontramos maiores dificuldades para caracterização do receio de dano irreparável ou de difícil reparação caso o bem não seja recuperado de imediato pelo autor, visto que apenas o mero temor de que algo venha a acontecer ao bem não é suficiente à caracterização do requisito do art. 273, do Código de Processo Civil.

Não devemos olvidar que estamos tratando com relações de consumo, onde se presume a hipossuficiência do consumidor, no caso o comprador/réu. Deste modo, o autor deverá realizar toda a prova do perigo de dano, não apenas em

razão das regras processuais relativas ao ônus da prova (Art. 333, do Código de Processo Civil: “O ônus da prova incumbe: I – ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito”), mas também pela imposição legal de inversão do ônus da prova nas relações de consumo.

Anota JOEL DIAS FIQUEIRA JÚNIOR que:

...há de se considerar também que ao figurar o consumidor no pólo passivo da relação processual, inverte-se o ônus da prova, devendo então o autor produtor ou fornecedor demonstrar não apenas a verossimilhança do direito alegado (requisito genérico) como também a iminência de sofrer prejuízo irreparável ou de difícil reparação (requisito específico). Para tanto, não basta alegar. Para a obtenção *in limine litis* da tutela antecipatória pretendida em relações de consumo, torna-se imprescindível que o interessado demonstre satisfatoriamente as suas alegações, de maneira a criar efetivamente no espírito do Magistrado um juízo de quase-verdade, isto é, de verossimilhança⁵.

Assim, não restam dúvidas de que o perigo de dano deverá ser efetivamente demonstrado e comprovado pelo autor, sob pena de indeferimento da tutela antecipada. Cabendo agora questionar quando há real perigo de dano, e qual a sua prova.

As primeiras ações ajuizadas nos foros trouxeram como fundamento do perigo de dano o próprio inadimplemento do réu.

Entretanto, não se pode aceitar tão simplista alegação. Isto porque, tratando-se de pedido de rescisão de contrato de compra e venda, caso seja julgado procedente o pedido inicial, o autor será obrigado a devolver as parcelas pagas pelo réu, compensando-se as perdas e danos. E, ainda, em se tratando de ação com rito ordinário, poderá o réu discutir as cláusulas contratuais e o próprio débito no decorrer do processo. Nestes casos, não se mostra razoável o deferimento liminar da antecipação de tutela em desfavor do consumidor, visto que além de não haver indícios de risco de dano irreparável ou de difícil reparação para o autor, o deferimento da tutela poderá ainda provocar danos para o próprio réu.

Há, todavia, algumas situações excepcionais, como por exemplo, o caso em que o réu não tenha quitado nenhuma das parcelas acordadas, e o bem vendido se constitua em automóvel zero quilômetro. Neste caso o prejuízo do autor seria

⁵ FIGUEIRA Jr., Joel Dias. **Tutela antecipada nas ações de rescisão contratual por inadimplemento em relações de consumo. Informativo Incijur n° 17. Ano 2, Dezembro/2000.**

considerável, visto que além de não ter recebido sequer uma parcela acordada, o veículo sofrerá sensível depreciação durante a tramitação do processo, já que os veículos zero quilômetro têm uma depreciação bastante superior aos veículos usados. E também, o próprio aumento do débito, a cada parcela mensal vencida, demonstra o agravamento do dano do autor, visto que além de receber um bem depreciado ao final da demanda, o débito do réu estará muito maior do que quando do ajuizamento da ação. Além disso, deixando o réu de cumprir com sua obrigação desde o início da contratualidade, maior é a probabilidade de que não pretenda fazê-lo.

Outra alegação comum visando comprovar a existência de real perigo de dano é a de que *o réu poderá vender o veículo ou poderá vir a colidir com o automóvel*. Novamente mostra-se oportuno o magistério de Joel Dias Figueira Júnior, quando afirma que “... na ciência jurídica, a questão da verdade hermenêutica interliga-se com a teoria das provas, onde o provável assim como o plausível não se confundem com o verossímil ou com a verdade”. Assim, a simples probabilidade de que o réu possa eventualmente colidir o veículo não é suficiente ao juízo de quase certeza ensejador do deferimento da tutela antecipatória. Até porque o veículo pode estar segurado, não havendo neste caso perigo de dano para o autor em caso de colisão ou furto. Deverá então a prova ser convincente e determinante, pois o deferimento de tutela em desfavor de consumidor hipossuficiente deve se dar apenas em situações atípicas e emergentes.

Em assim sendo, deverá o autor comprovar onde de fato reside o perigo. Poderá, por exemplo, trazer aos autos a prova de que o réu vem conduzindo o veículo de forma imprudente (notificações de multas), e a inexistência de contrato de seguro. Poderá igualmente comprovar que réu está depredando o veículo (v.g. através de fotografias) ou que colocou o bem à venda.

Neste caso estaria o autor comprovando concretamente que a espera pelo provimento final, para a efetiva recuperação do bem, acarretar-lhe-ia grave dano, visto que o bem está na iminência de se perder. E em estando comprovados os requisitos determinados no art. 273, do Código de Processo Civil, impõe-se o deferimento da antecipação de tutela para recuperação do bem *in limine litis*.

Constata-se, assim, que a possibilidade de deferimento de antecipação de

tutela *in limine litis* em ações de rescisão de contrato de leasing descaracterizado, cumulada com ação recuperatória, deverá ser analisada caso a caso, mediante prova inequívoca de verossimilhança e demonstração concreta de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.

5 CONCLUSÃO

Com a recente pacificação da doutrina e jurisprudência pátria no sentido de que há descaracterização do contrato de leasing em caso de cobrança antecipada do valor residual garantido, os juízes e tribunais não vêm mais admitindo a propositura de ações de reintegração de posse com pedido liminar, através das quais os bancos arrendadores obtinham a recuperação do bem liminarmente.

Tentando encontrar uma nova solução para o impasse, os arrendadores passaram a ajuizar ações de rescisão contratual e recuperação do bem, com pedido de tutela antecipatória relativamente ao último pedido.

Entretanto, a análise quanto ao cabimento de tutela antecipatória nestas situações deverá se proceder caso a caso. Isto porque, para deferimento do pedido devem se encontrar presentes os requisitos ensejadores da medida, previstos no art. 273, do Código de Processo Civil, quais sejam a prova inequívoca da verossimilhança e perigo de dano irreversível ou de difícil reparação.

Assim, a prova dos requisitos retromencionados deverá ser produzida cabalmente pelo autor já na inicial, sendo que a mera alegação não será admitida para o deferimento da medida. Deverá o autor comprovar o inadimplemento do autor (v.g. juntando a notificação do réu e prova de inexistência de ação de consignação em pagamento ou ação revisional do contrato) e o perigo de dano (v.g. prova de que o veículo não é segurado e o réu o conduz imprudentemente, ou de que o veículo está sendo depredado ou colocado à venda).

Constatamos deste modo que em tese a tutela antecipada é condizente com a natureza da ação de rescisão contratual cumulada com pedido de recuperação do bem, sendo que o seu deferimento dependerá do cumprimento pelo autor dos requisitos impostos pelo art. 273, do Código de Processo Civil.

REFERÊNCIAS

ARAGON, Célio da Silva. **Reflexões acerca da tutela antecipada**. Disponível em: <<http://www.apriori.com.br/artigos/processual/443.thm>> cessado em 20 maio 2001.

CALDEIRA, Adriano. **Descaracterização do contrato de leasing e caracterização do contrato de compra e venda**. Disponível em: <http://www.direitobancario.com.br/artigos/direitobancario/01_agosto_015.htm> Acessado em 15 maio 2001.

CUNHA, Antônio Franklin Monteiro da. **O arrendamento mercantil e uso indevido da ação possessória por inadimplemento do arrendatário**. Disponível em: <http://www.apriori.com.br/artigos/prelo/Leasing_e_possessorias.htm> Acessado em 22 maio 2001.

DELFINO, Lúcio. **Arrendamento mercantil: atentado contra a sua natureza jurídica e conseqüências**. Disponível em: <<http://www.faroljuridico.com.Br/art-leasing.htm>> Acesso em: 20 maio 2001

FIGUEIRA Jr., Joel Dias. **Tutela antecipada nas ações de rescisão contratual por inadimplemento em relações de consumo**. Informativo Incijur nº 17. Ano 2, Dezembro/2000.

FILIPPETTO, Maria Elizabeth Carvalho Pádua. **A descaracterização do contrato de leasing e suas conseqüências jurídicas**. Disponível em: <http://edyrolim.adv.br/artigosjuridicos/maria_filippetto/maria_filippetto001.htm> Acessado em 22 maio 2001

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil**. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999. v. 2.

MACHADO, Guilherme Augusto Gonçalves. **Da antecipação do VRG nos contratos de leasing**. Disponível em: <<http://www.subjudiceonline.com.Br/sub11/artigo2.htm>> Acessado em 22 maio 2001.

MARINONI, Luiz Guilherme. **A antecipação da tutela na reforma do Código de Processo Civil**. 2. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 1996.

MOTTA, João Antônio César da. **O leasing e a antecipação do valor residual**.

Disponível em <<http://www.teiajuridica.com/a/antecleas.htm>> Acessado em 22 maio 2001.

PAES, P. R. Tavares. **"Leasing"**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1993.

RIZZARDO, Arnaldo. **Leasing. Arrendamento mercantil no direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 1996.

THEODORO JR., Humberto. **Curso de direito processual civil**. 31. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2001. v.1.

VIANNA, Guilherme Borba. **Desconfiguração do "leasing" financeiro pela cobrança antecipada do VRG**. Disponível em: <http://users.cmg.com.br/~bpdire/artigo_005.htm> Acessado em 01 maio 2001.